

**HOSPITAL PRESBITERIANO DR. GORDON  
HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE  
CNPJ: 02.608.131/0001-81 - RIO VERDE - GO**

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$) ATIVO			BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$) PASSIVO		
	2016	2015		2016	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.923.940,11</b>	<b>4.295.300,76</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>13.416.672,26</b>	<b>12.622.479,55</b>
Caixa ou Equivalentes de Caixa	1.304.911,51	548.483,97	Provisões Técnicas de Opeações de Assistência à Saúde	256.738,71	256.738,71
Caixa	8.484,01	5.117,31	Exames, Terapia e Internações	256.738,71	256.738,71
Bancos Conta Depósito	416.316,58	216.892,82	<b>Débitos a Prestadores de Serviços</b>	<b>1.515.072,68</b>	<b>1.067.274,67</b>
Aplicações	880.110,92	326.473,84	Honorários Médicos	60.590,12	57.862,49
<b>Créditos</b>			Honorários a Pagar	1.454.482,56	1.009.412,18
<b>Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>3.889.043,69</b>	<b>3.075.561,48</b>	<b>Títulos e Encargos a Recolher</b>	<b>759.794,24</b>	<b>1.052.195,29</b>
Clientes Particulares	116.388,79	182.098,59	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	128.738,03	130.080,48
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. C/ Planos de Saúde da Operadora	2.867.748,76	1.944.303,37	Impostos e Contribuições a Recolher	257.416,00	211.624,72
Alugueis a Receber e Ordens a Receber	301.494,90	404.578,80	Parcelamento de Tributos e Contribuições	373.640,21	710.490,09
Créditos de Funcionários	211.052,32	192.485,13	<b>Empréstimo e Financiamentos a Pagar</b>	<b>3.278.043,65</b>	<b>3.660.857,41</b>
Adiantamento para Viagens e Fornecedores	50.915,87	57.986,72	Empréstimos bancários	2.291.704,10	2.021.003,15
Outros Crédito/Títulos a Receber	783.279,17	411.509,85	Conta Garantia	986.339,55	1.639.854,26
Despesas Antecipadas	97.064,49	124.682,01	<b>Débitos C/Empregados e Outros</b>	<b>2.088.339,95</b>	<b>2.085.985,48</b>
(-) Perdas Estimadas p Créditos de Liquidação Duvidosa	(538.900,61)	(242.082,99)	Salários a Pagar	609.773,07	622.797,79
<b>Estoques</b>	<b>729.984,91</b>	<b>671.255,31</b>	Obrigações com Férias	1.346.906,37	1.329.994,20
Medicamentos e Materiais	729.984,91	504.788,53	Convênio Folha de Pagamento	131.660,51	133.193,49
Almoxarifado	0,00	166.466,78	<b>Fornecedores</b>	<b>3.449.635,57</b>	<b>2.654.887,01</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.396.291,48</b>	<b>34.496.451,67</b>	Fornecedores de Bens	1.801.504,26	1.177.541,42
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>250.638,29</b>	<b>28.790,97</b>	Fornecedores de Serviços C/Empresas Públicas e Outras	911.328,39	925.225,55
Aplicações	9.625,47	9.625,47	Credores Diversos	736.802,92	552.120,04
Valores e Bens/Depósitos Judiciais	240.130,15	12.058,11	<b>Obrigações com Subvenções e Doações</b>	<b>2.069.047,46</b>	<b>1.844.540,98</b>
Outros	337.601,71	442.341,52	Subvenções e Doações a Realizar	2.069.047,46	1.844.540,98
(-) Perdas Estimadas p Créditos de Liquidação Duvidosa	(336.719,04)	(435.234,13)	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.257.603,60</b>	<b>19.704.515,85</b>
<b>Investimento</b>	<b>197.602,36</b>	<b>121.422,27</b>	<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>26.257.603,60</b>	<b>19.704.515,85</b>
Partic. Societárias em Empresas controladas e ligadas; Unicred	193.155,09	116.975,00	Tributos e Contribuições a Recolher		
Ações/Quotas de Empresas	328.718,48	328.718,48	- Parcelamento	1.359.120,47	1.498.046,22
(-) Desagio	(324.271,21)	(324.271,21)	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	23.852.260,11	16.647.693,24
<b>Imobilizado</b>	<b>33.899.858,16</b>	<b>34.285.389,28</b>	Provisões Contingências	359.316,55	865.742,88
Bens Sem Restrições	38.160.276,03	37.874.832,46	Débitos Diversos	686.906,47	693.033,51
(-) Depreciações Acumuladas	(4.260.417,87)	(3.589.443,18)	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		
<b>Intangíveis</b>	<b>48.192,67</b>	<b>60.849,15</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>645.955,73</b>	<b>6.464.757,03</b>
Sistema de Computação - Software	168.240,49	168.240,49	Patrimônio Social	6.464.757,03	12.221.819,64
(-) Amortizações Acumuladas	(120.047,82)	(107.391,34)	Superávit/Déficit do Período	(5.818.801,30)	(4.887.055,78)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.320.231,59</b>	<b>38.791.752,43</b>	Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	(870.006,83)
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>40.320.231,59</b>	<b>38.791.752,43</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em R\$)			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em R\$) - MÉTODO INDIRETO		
	2016	2015		2016	2015
<b>1. (+) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>33.796.061,58</b>	<b>33.259.685,33</b>	<b>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
1.1(+) Receita Líquida de Serviços de Saúde	23.968.340,45	22.135.816,87	Superávit/Déficit do Exercício	(5.818.801,30)	(4.887.055,78)
1.2(+) Receitas Financeiras	56.832,54	65.600,31	<b>Ajustes Por:</b>		
1.3(+) Outras Receitas Operacionais	2.379.538,40	3.880.187,88	(+) Depreciação e Amortização	683.631,17	657.474,12
1.4(+) Subvenções e Assistências Governamentais	2.434.186,16	2.235.644,28	(+) PECLD	198.302,53	72,53
1.5(+) Isenção de Contribuições Sociais	4.164.347,61	4.159.917,63	(+) Lucro na Venda de Bens	0,00	0,00
1.6(+) COFINS	792.816,42	782.518,36	(-) Prejuízo na Venda de Bens	0,00	0,00
<b>2. (-) CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS</b>	<b>(26.179.052,95)</b>	<b>(24.830.258,21)</b>	<b>Superávit/Déficit Ajustado</b>	<b>(4.936.867,60)</b>	<b>(4.229.509,13)</b>
2.1(-) Medicamentos e Materiais	(5.663.582,93)	(6.135.728,69)	<b>Aumento/Diminuição nos Ativos Circulantes</b>		
2.2(-) Pessoal	(15.502.354,41)	(14.751.980,16)	(-) Créditos	(1.110.299,83)	1.136.037,51
2.3(-) Honorários Médicos	(5.013.115,61)	(3.942.549,36)	(-/+ ) Estoques	(58.729,60)	(86.608,88)
<b>3. (=) SUPERÁVIT BRUTO</b>	<b>7.617.008,63</b>	<b>8.429.427,12</b>	(-/+ ) Outros Créditos	(123.332,23)	(188.858,77)
<b>4. (-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(13.435.809,93)</b>	<b>(13.316.482,90)</b>	<b>Aumento/Diminuição nos Passivos Circulantes</b>		
4.1 (-) Despesas Gerais e Administrativas	(3.665.973,91)	(4.026.981,09)	(+/-) Fornecedores	794.748,56	(1.308.717,17)
4.2 (-) Despesas Financeiras	(4.697.671,00)	(4.206.787,37)	(+/-) Obrigações Tributárias CP	44.448,83	(278.829,88)
4.3 (-) Contribuições Sociais Isentas	(4.164.347,61)	(4.159.917,63)	(+/-) Obrigações Trabalhistas	2.354,47	217.760,81
4.4 (-) COFINS	(792.816,42)	(782.518,36)	(+/-) Prestadores de Serviços	447.798,01	(472.129,64)
4.5 (-) Outras Despesas	(115.000,99)	(140.278,45)	(+/-) Obrigações com Subvenções e Doações	224.506,48	519.890,51
<b>5. (=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(5.818.801,30)</b>	<b>(4.887.055,78)</b>	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(870.006,83)
			(+/-) Provisões Técnicas	0,00	0,00
			(+/-) Outras Obrigações	(512.553,37)	281.527,33
			<b>(=) Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais</b>	<b>1.001.302,98</b>	<b>(1.910.504,87)</b>
			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(5.227.926,28)</b>	<b>(5.279.444,14)</b>
			(-) Novas aquisições de ativo Imobilizado	(373.502,27)	(184.298,96)
			(-) Novas aquisições de ativo Investimento	(77.180,09)	(51.120,00)
			(+/-) Baixas Ativo Imobilizado	89.058,70	116.069,35
			<b>(=) Caixa Líquido Consumido Pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(361.623,66)</b>	<b>(119.349,61)</b>
			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(475.775,63)</b>	<b>285.373,12</b>
			(-) Empréstimos e Financiamentos	6.821.753,11	5.419.247,58
			(-) Parcelamento de Tributos	(475.775,63)	285.373,12
			<b>(=) Caixa Líquido Consumido Pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>6.345.977,48</b>	<b>5.704.620,70</b>
			<b>Variação nas atividades</b>	<b>756.427,54</b>	<b>305.826,95</b>
			<b>(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>756.427,54</b>	<b>305.826,95</b>
			<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>548.483,97</b>	<b>242.657,02</b>
			<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>1.304.911,51</b>	<b>548.483,97</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em R\$)

Eventos	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subvenção/ Doação Patrimonial	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit do Período	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>15.512.100,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(3.290.281,26)</b>	<b>12.221.819,64</b>
Destinação do Ajuste de Exercício Anterior						
Destinação do Superávit do Exercício Anterior	(3.290.281,26)				3.290.281,26	
Destinação de Avaliação Patrimonial						
Ajuste de Exercícios Anteriores				(870.006,83)		(870.006,83)
Ajuste de Avaliação Patrimonial						
Superávit/Défit do Período					(4.887.055,78)	(4.887.055,78)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.221.819,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(870.006,83)</b>	<b>(4.887.055,78)</b>	<b>6.464.757,03</b>
Destinação do Ajuste de Exercício Anterior						
Destinação do Superávit do Exercício Anterior	(4.887.055,78)				4.887.055,78	0,00
Destinação de Avaliação Patrimonial						
Ajuste de Exercícios Anteriores				870.006,83		0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial						
Superávit/Défit do Período					(5.818.801,30)	(5.818.801,30)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.464.757,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(5.818.801,30)</b>	<b>645.955,73</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Nota 1 - Contexto Operacional**

O Hospital Evangélico de Rio Verde é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inspirada nos ensinamentos de Cristo, fundada em 1º de setembro de 1937, com sede e foro na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, na Rua Abel Pereira de Castro, 644, centro.

Está certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde e, como tal, presta serviços ao Sistema Único de Saúde se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. Tem por finalidade, prestar assistência médica hospitalar a todos os que dela necessitarem, sem quaisquer restrições de credo, cor ou situação econômica, cooperando, também, para com os órgãos governamentais no campo da saúde pública e da educação pública.

**Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos (Lei 12.101/09 e Lei 12.868/13) e normas brasileiras de contabilidade, mais especificamente as Resoluções CFC 1.255/09 e 1.409/12.

**Nota 3 - Formalidade da Escrituração Contábil (NBC T 2.1)**

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

**Nota 4 - Principais Práticas Contábeis**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC –TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

**b) Ativos e Passivos circulantes** – Os ativos e passivos com vencimentos até 360 dias estão demonstrados no circulante;

**c) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD** - A perda estimada para o período foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração;

**d) Ativo Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas que leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 – NBC TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

**e) Férias e Encargos:** Foram realizadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

**f) Critérios de Apuração de Receitas e Despesas:** As receitas e despesas, apuradas através de comprovantes hábeis, foram reconhecidas de acordo com o regime de competência do exercício, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

**g) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos estão sujeitos a essas estimativas incluindo o valor residual do Ativo Imobilizado e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD. A liquidação das transações envolvendo tais premissas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As

provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**Nota 5 - Créditos de Oper. Assist. a Saúde Não Relac. c/Plano de Saúde da Operadora**

Os valores demonstrados nessa conta referem-se a faturamentos realizados contra os convênios de saúde e clientes por convênios de prestação de serviços hospitalares a pessoas jurídicas.

Conta	2016	2015
<b>Convênios Hospitalares SUS</b>	<b>446.649,36</b>	<b>82.837,34</b>
- SUS - AIH Aut. Internação Hospitalar	446.649,36	82.837,34
Outros Convênios Hospitalares	2.421.099,40	1.861.466,03
<b>TOTAL</b>	<b>2.867.748,76</b>	<b>1.944.303,37</b>

**Nota 6 – Estoques**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de mercado ou realização. Em 31/12/2016 estão representados da seguinte forma:

Descrição	Vir. - R\$
Medicamentos	285.858,31
Materiais Médicos Hospitalares	258.805,62
Gêneros Alimentícios	9.495,53
Materiais de Higienização e Limpeza	22.043,65
Materiais de Lavanderia	22.694,37
Materiais de Laboratório	72.907,29
Materiais de Expediente	17.564,24
Materiais de Manutenção	23.632,72
Materiais de Informática	1.614,34
Impressos e Materiais Gráficos	15.368,84
<b>TOTAL</b>	<b>729.984,91</b>

**Nota 7 – Investimento**

Os investimentos estão representados da seguinte forma:

HISTÓRICO	31/12/2016	31/12/2015
Participações Societárias/Cota Capital Unicred	193.155,09	116.975,00
Participações em Empresas Coligadas/Controladas	4.447,27	4.447,27
<b>TOTAL INVESTIMENTO</b>	<b>197.602,36</b>	<b>121.422,27</b>

**Nota 8 – Imobilizado e Intangíveis**

**I. Imobilizado**

O total dos bens do imobilizado ficou representado da seguinte forma:

Imobilizado - Bens Sem Restrições	Custo	Depreciação/ Amortização Acumulada	Líquido
Terrenos	22.568.914,00	-	22.568.914,00
Imóveis Hospitalares	9.427.377,00	(1.177.800,00)	8.249.577,00
<b>Instalações</b>	<b>186.479,83</b>	<b>(109.972,77)</b>	<b>76.507,06</b>
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>4.189.690,60</b>	<b>(1.893.624,90)</b>	<b>2.296.065,70</b>
<b>Informática</b>	<b>474.880,76</b>	<b>(281.975,79)</b>	<b>192.904,97</b>
<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>1.139.602,26</b>	<b>(681.094,81)</b>	<b>458.507,45</b>
<b>Veículos</b>	<b>158.193,58</b>	<b>(115.949,60)</b>	<b>42.243,98</b>
<b>Outras Imobilizações</b>	<b>15.138,00</b>	<b>-</b>	<b>15.138,00</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>38.160.276,03</b>	<b>(4.260.417,87)</b>	<b>33.899.858,16</b>

**II. Intangíveis**

Os bens intangíveis em 31/12/2016 estão assim representados:

	Custo	Amortização	Líquido
Sistema Aplicativo - Software	168.240,49	(120.047,82)	48.192,67
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>168.240,49</b>	<b>(120.047,82)</b>	<b>48.192,67</b>

**Nota 9 - Débitos a Prestadores de Serviços**

**Honorários Médicos**

A conta está representada em 31/12/2016 por valores a pagar a médicos por serviços prestados e também por renegociações de honorários em atraso.

**Nota 10 - Recursos a Receber SF/Recursos a Investir SF**

O valor de R\$ 402.300,00 refere-se direitos a receber relativos à parte da venda do plano de saúde, originado pelo contrato de cessão total e onerosa de carteira de plano privado de assistência à saúde junto ao São Francisco Sistema de Saúde Sociedade Empresária Ltda, tendo como contrapartida o comprometimento de investir o montante em melhorias as quais oportunamente serão definidas entre as partes.

**Nota 11 - Empréstimos e Financiamentos a Pagar**

As contas de empréstimos e financiamentos bancários em 31/12/2016 estão demonstradas da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos a pagar	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
<b>Empréstimos Bancários</b>	<b>3.278.043,65</b>	<b>23.852.260,11</b>	<b>27.130.303,76</b>
Unicred Sudoeste C/C 02103-	760.553,68		760.553,68
Banco Santander S/A C/C 130	2.912,11		2.912,11
( - ) Juros a Apropriar	(1.122.111,93)	(6.025.842,17)	(7.147.954,10)
Caixa Econômica Federal c/c 1097/0	355.378,44	3.117.246,49	3.472.624,93
Banco Safra c/c 00023596-4	2.294.971,80	15.526.852,83	17.821.824,63
<b>Conta Garantida</b>	<b>986.339,55</b>	<b>-</b>	<b>986.339,55</b>
Banco Itaú S/A C/C 01260-6	6.000,38		6.000,38
Banco Santander S/A C/C 13000318-2	302.747,49		302.747,49
SICCOB Unicred Sudoeste 2103-2	477.766,00		477.766,00
Banco Safra 00023596-4	139.825,68		139.825,68
Banco Itaú c/c 19394-7	30.000,00		30.000,00
SICREDI Sudoeste Goiás c/c 19701-7	30.000,00		30.000,00
<b>Outros Empréstimos</b>	<b>-</b>	<b>11.234.002,96</b>	<b>11.234.002,96</b>
Igreja Presbiteriana do Brasil		11.212.649,86	11.212.649,86
Vitoria Regia Turismo Ltda.		21.353,10	21.353,10

**Nota 12 – Parcelamento de Tributos**

Os Parcelamentos de Tributos estão demonstrados em 31/12/2016 da seguinte forma:

Parcelamento de Tributos e Contribuições	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
<b>Contribuições</b>	<b>373.640,21</b>	<b>1.359.120,47</b>	<b>1.732.760,68</b>
IR (0561) 13133 000396 2007 14	15.075,00		15.075,00
Contribuições Previdenciárias	24.954,00	200.378,12	225.332,12
Contribuições Retidas Na Fonte	2.407,44	6.419,84	8.827,28
FGTS	6.565,93	248.128,39	254.694,32
Imposto de Renda	-	148.237,50	148.237,50
PIS (8301) PARC 04/06/12	2.844,30		2.844,30
IRRF (0561) PARC 04/06/12	14.435,00		14.435,00
Contribuições Ret. Fonte (5952) 04/06/1	171,54		171,54
Contribuições (5960) PARC 04/06/12	836,08		836,08
INSS (4308) 2012	10.143,12		10.143,12
INSS Parcelamento 2013	47.971,68	39.976,40	87.948,08
PIS Parcelamento 2013	505,32		505,32
IRRF (0561) 2013	32.660,64	27.217,20	59.877,84
INSS Parcelamento 2015	113.392,44	287.355,33	400.747,77
FGTS Parcelamento 2015	41.545,48	165.890,08	207.435,56
INSS Parcelamento 2016	60.132,24	235.517,61	295.649,85

**Nota 13 - Contingências Passivas**

a) De acordo com os relatórios dos assessores jurídicos da Entidade, em 31 de dezembro de 2016, as contingências passivas de natureza cível e trabalhista estão estimadas como perdas prováveis no montante de R\$359.316,55, as quais foram reconhecidas contabilmente.

b) No encerramento do exercício existem situações classificadas pela assessoria jurídica como perdas possíveis, as quais totalizam R\$9.376.982,76, porém não irá requerer uma saída de recursos.

**Nota 14 - Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício, sendo este Déficit no exercício de 2016.

**Nota 15 – Do Resultado do Exercício**

O Déficit do exercício de 2016 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais e estatutárias que prevê que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.

**Nota 16 - Cobertura De Seguros**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

**Nota 17 – Dos Fins Filantrópicos**

De acordo com que estabelece a Lei nº 12.101/2009, Lei 12.868/2013, que dispõem sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, no exercício de 2016 a quantidade de atendimentos ao SUS foi de 12.460, que corresponderam a 44,87%, acrescido de 10% correspondentes aos atendimentos ambulatoriais e 1,5% correspondentes a atenção às urgências e emergências, perfazendo, portanto um percentual total de atendimentos ao SUS de 56,37%. É importante destacar que o HOSPITAL EVANGELICO DE RIO VERDE não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimento estabelecidas na legislação do próprio SUS, no entanto não atingiu o percentual mínimo de 60% de atendimento ao SUS conforme Lei mencionada acima e suas alterações.

Pacientes/Dia	Quantidade	%
Nº Pacientes/dia SUS	12.460	44,87%
Nº Pacientes/dia Não SUS	15.309	55,13%
<b>Total Pacientes/dia</b>	<b>27.769</b>	<b>100,00%</b>
<b>Atendimentos Ambulatoriais Lei nº 12101/2009 - Art, 4º III § 3º</b>		<b>10,00%</b>
<b>Atenção a:</b>		
I - atenção obstétrica e neonatal	1,50%	N 0,00%
II - atenção oncológica	1,50%	N 0,00%
III - atenção às urgências e emergências	1,50%	S 1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	1,50%	N 0,00%
V - hospitais de ensino	1,50%	N 0,00%
Atendimento SUS		
Número de pacientes/dia		44,87%
Atendimento Ambulatorial SUS		10,00%
Atenção à atividades		1,50%
<b>Total % Atendimentos SUS</b>		<b>56,37%</b>

**Nota 18 - Isenções Fiscais e Previdenciárias**

A Instituição possui a isenção à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 12.101/09 e Lei 12.868/2013.

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas do período.

Ano	Cota Patronal	COFINS	TOTAL
2016	4.164.347,61	792.816,42	4.957.164,03
2015	4.159.917,63	782.518,36	4.942.435,99

**Nota 19 – Subvenções Sociais e Doações**

A Entidade recebeu no exercício de 2016 as seguintes subvenções sociais e doações:

Subvenções já Aplicadas	Valor	Origem
Para Custeio	618.689,52	Receita Doações Pref Munic. de Rio Verde
Para Custeio	123.552,00	Receita Integrasus
Para Custeio	414.223,10	Receita Subvenção Energia Est - Go
Para Custeio	784.304,52	Incentivo a Contratualização - IAC
Para Custeio	157.304,35	Receita Com Emenda Constitucional
Para Custeio	170.852,00	Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Para Custeio	85.925,46	Receita Subvenção Agua/Esgoto
<b>Total Subvenções</b>	<b>2.354.850,95</b>	
Doações para Custeio	79.335,21	Pessoas Físicas e Jurídicas
<b>Total de Doações</b>	<b>79.335,21</b>	
<b>Total de Doações e Subvenções Aplicadas</b>	<b>2.434.186,16</b>	
<b>Subvenções e Doações Aplicadas N/Realizado</b>		
Patrimonial	97.214,45	Prefeitura Municipal de Rio Verde
Patrimonial	14.275,27	Pessoas Jurídicas
Patrimonial	257.265,95	Emendas Constitucionais
Patrimonial	1.700.291,79	Ministério Saúde (convênios)
<b>Total de Doações e Subvenções Aplicadas N/Realizadas</b>	<b>2.069.047,46</b>	

Dos valores recebidos de Subvenções e Doações R\$2.434.186,16 foram aplicados nas finalidades a que estavam vinculadas e o valor de R\$2.069.047,46 foram aplicados e ainda está pendente de realização.

**Nota 20 – Do cumprimento do Artigo 14 do CTN**

A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente. A Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social. A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão.

**Nota 21 – Continuidade Operacional**

A Entidade apresenta capital circulante líquido negativo, e prejuízos nos últimos dois anos. As Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Entidade. Para solucionar esta situação a Entidade está tomando as seguintes providências: redução dos custos, negociação das tabelas convênios, reajuste da tabela de preços para clientela particular, alongamento da dívida bancária e com principais fornecedores com linha de crédito do BNDS saúde, prazo 10 anos sendo 1 ano de carência e venda de ativo chácara do Parque Betel no valor de R\$ 7.000.000,00.

**CLAUDIO DEMETRIUS DE OLIVEIRA**  
Presidente do Conselho Deliberativo

**SUAIR FERREIRA DE MENDONÇA**  
Contador CRC/GO 012415/O-5

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria do:**  
**Hospital Evangélico de Rio Verde**  
**Rio Verde – GO**

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Evangélico de Rio Verde que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Evangélico de Rio Verde em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 21 às demonstrações contábeis, demonstrando que a Entidade apresenta capital circulante líquido negativo e prejuízos nos últimos dois anos, que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Entidade e que para solucionar esta situação a Entidade está tomando as seguintes providências: redução dos custos, negociação das tabelas convênios, reajuste da tabela de preços para clientela particular, alongamento da dívida bancária e com principais fornecedores com linha de crédito do BNDS saúde, prazo 10 anos sendo 1 ano de carência e venda de ativo chácara do Parque Betel no valor de R\$7.000.000,00. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

## **Outros assuntos**

As demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer, que não conteve qualquer modificação, emitido em 15/02/2016.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2017.

SCHIMITT AUDITORES S/S  
VALTUR MACHADO SCHIMITT